



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARTIM DE FREITAS



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO 2020/2021

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. LINHAS GERAIS.....	3
3. REGIME DE FUNCIONAMENTO	3
4. CALENDÁRIO ESCOLAR.....	4
5. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS.....	5
5.1. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	5
5.2. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO.....	5
5.3. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA OS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO.....	6
5.4. EXCEÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	8
6. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE	8
7. CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS.....	12
8. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	16
9. REGIME DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA – HORÁRIO ESCOLAR.....	16
10. MAPAS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - 1º, 2º e 3º CICLOS e DAC.....	17
11. APOIOS E OUTRAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR.....	25
12. OCUPAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES DOS ALUNOS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A preparação do presente ano letivo é claramente condicionada pelo momento de pandemia que atravessamos. Aos habituais aspetos que, em regra, são tidos em conta na organização de um ano letivo juntam-se a questão sanitária e ainda a necessária recuperação de aprendizagens não realizadas no último ano letivo.

No presente documento definem-se as opções curriculares que o atual quadro de flexibilidade permite e também nele são inscritos os critérios de constituição de turmas, de elaboração de horários e de distribuição de serviço.

A incerteza da evolução da doença e as implicações que essa circunstância poderá ter no funcionamento das escolas, obriga a que se prevejam cenários que acautelem o melhor possível todas as possibilidades que se venham a colocar. Nesse sentido, são previstos três regimes de funcionamento: ensino presencial, ensino à distância e um modelo misto. Cada um deles obedece a lógicas de operacionalização diferentes mas, na sua essência, assentam em dois princípios fundamentais: o acompanhamento próximo dos alunos e a salvaguarda da saúde individual e coletiva.

Ainda que o plano de ensino à distância implementado no último período do ano letivo transato tenha respondido de forma pronta a uma situação de emergência, constatou-se que o modelo tem lacunas, algumas das quais inultrapassáveis, e que dele derivam prejuízos pedagógicos mais evidentes para os alunos mais novos e para os mais desfavorecidos. Impõe-se, por isso, avaliar as consequências daquele período e definir estratégia de recuperação das aprendizagens não realizadas ou não devidamente consolidadas. Para tal, todos os grupos disciplinares definirão um Plano de Atuação que preveja as estratégias a implementar, a duração e os momentos desse processo, entre outros.

No início de cada ano letivo há sempre um conjunto de expectativas que se renovam e também alguns receios que se manifestam. Este ano, a incerteza quanto ao futuro representa um desafio acrescido. No entanto, dispomos hoje de mais e melhor informação que no início desta crise. A experiência do terceiro período do último ano letivo faz com que todos estejamos melhor preparados para prestar uma resposta mais ajustada às necessidades que surjam. Conscientes, no entanto, que o processo será dinâmico, imprevisível e exigente. A existência de um processo de monitorização permanente que avalie as opções e permita determinar eventuais ajustamentos a realizar terá uma importância muito significativa.

2. LINHAS GERAIS

O encerramento das escolas em março deste ano, confrontou toda a comunidade escolar e a sociedade em geral com um cenário novo e para o qual ninguém estava preparado. A escola reinventou-se e encontrou uma solução de recurso que permitiu assegurar, de alguma forma, o acompanhamento dos seus alunos. Todavia, como qualquer solução de recurso, ela tem limitações que são insanáveis porque, acima de tudo, não se conhece uma solução que substitua de forma eficiente a relação professor-aluno. Entende o Ministério da Educação que, face à experiência já adquirida e à informação disponível, que o ensino presencial deve ser a primeira opção neste momento. Para que tal possa acontecer, acima de tudo, a Escola deve acautelar as questões de saúde individual e coletiva. Consequentemente, foram definidos um conjunto de procedimentos que permitem assegurar o cumprimento das normas emanadas quer pela DGS quer também pela DGEsTE.

Será dada uma especial atenção às questões sanitárias, através da implementação de um Plano de Higienização dos espaços, do reforço das medidas de higiene individual (designadamente das mãos), da instalação de sinalética informativa e da instalação de equipamentos dispensadores de sabão e álcool gel, da realização de sessões informativas e da distribuição de máscaras a alguns alunos e a todos os adultos.

Ainda que não exclusivamente, as primeiras cinco semanas serão um momento de recuperação das aprendizagens não realizadas no último ano letivo. Não obstante, o esforço realizado, é bastante consensual que os alunos aprenderam menos e pior durante o período de confinamento. Assim, haverá necessidade de avaliar o impacto dessa situação, definir e implementar estratégias que permitam apoiar os alunos na recuperação dessas aprendizagens, com especial enfoque nos mais novos e nos menos favorecidos.

Atentos à imprevisibilidade da evolução da pandemia, e seguindo orientações superiores, o Agrupamento definiu três cenários de funcionamento possíveis: o ensino presencial, o ensino à distância e um regime misto.

O regime presencial é aquele ao qual será dada primazia e a migração para um dos outros regimes só será feita por determinação das autoridades de saúde.

Não obstante, os planos mais pormenorizados que venham a elaborados para cada um deles, a seguir descrevem-se genericamente os pressupostos de funcionamento para cada uma das situações.

3. REGIMES DE FUNCIONAMENTO

3.1 – ENSINO PRESENCIAL

O Ensino Presencial é a situação que comporta riscos mais evidentes uma vez que implica o convívio próximo em espaços fechados de um número significativo de pessoas. Como tal, é necessário a definição e consequente cumprimento de um conjunto de regras que minimize a probabilidade de contágios. Neste modelo é fundamental o envolvimento de todos e um elevado sentido de responsabilidade individual e coletivo para que seja garantida a segurança de todos. Só com a colaboração de todos será possível manter o regime presencial que é aquele que melhor serve os interesses da Escola e de todos os que esta serve.

No Regime Presencial são definidos os seguintes procedimentos:

- Uso de máscara obrigatório para todos os alunos a partir do 5º ano. Eventualmente, esta obrigatoriedade poderá ser alargada a alunos mais jovens por determinação da DGS. Uso obrigatório de máscara por todos os adultos dentro do espaço escolar. Exceptuam-se da obrigação de utilização de máscara as situações de saúde devidamente comprovadas. O Agrupamento fornecerá máscaras reutilizáveis a alunos, professores e funcionários.
- Desfasamento de horários de entrada e saída por ciclo, ano ou turma.
- Definição de circuitos de circulação dentro do recinto escolar.
- Sempre que possível, fixação das turmas a salas.
- Reorganização das salas de aulas e outros espaços de forma a maximizar o distanciamento.
- Instalação de dispensadores de álcool gel em todas as escolas.
- Implementação de um plano de higienização dos espaços.
- Instalação de sinalética informativa.
- Realização de ações de informação e sensibilização.
- Elaboração de um plano de recuperação das aprendizagens.
- Realização virtual de todas as reuniões e contactos com elementos externos.

3.2 – ENSINO À DISTÂNCIA

A experiência do 3º período demonstrou que o P@D implementado no Agrupamento se revelou adequado nas ferramentas e procedimentos usados. Constatou-se a necessidade de um reforço dos momentos de interação síncrona entre professores e alunos. Por outro lado, o feedback das tarefas realizadas revelou-se um momento muito importante em todo o processo. Caso este regime venha a ser aplicado, observará - se o seguinte:

- Serão usadas como plataformas digitais de comunicação e partilha de conteúdos o Google Classroom e o Google Meet.
- O plano semanal de trabalho será disponibilizado pelo Diretor de Turma ou Professor Titular até 6ª feira.
- Cada turma terá apenas uma Google Classroom para todas as disciplinas.
- Sessões síncronas:
 - Pré-escolar e 1º CEB: Três sessões semanais (segunda, quarta e sexta-feira) com uma duração não inferior a 1h30 minutos, com intervalo de 15 minutos,
 - 2º e 3º CEB:
 - Disciplinas com carga semanal até 3 horas: pelos menos, uma sessão semanal para cada turma;
 - Disciplinas com carga semanal superior a 3 horas: pelos menos, duas sessões semanais para cada turma;

3.3 – REGIME MISTO

Este modelo visa diminuir a aglomeração de pessoas no espaço escolar e a pressão exercidas sobre os serviços que a escola oferece. Poderá ser aplicado em todas as escolas, a todos os anos ou apenas a algumas turmas, anos ou ciclos. Tais opções serão sempre tomadas em estreita articulação com as autoridades de saúde.

No geral, o regime misto será implementado de acordo com o seguinte:

- No regime misto os horários das turmas mantêm-se inalterados.
- As turmas serão divididas em dois grupos respeitando a ordem alfabética.
- Numa semana um grupo tem aulas presenciais e o outro grupo fica em casa e desenvolve atividades autónomas disponibilizadas pelos professores. Na semana seguinte, os grupos alternam de regime.

- Os alunos que forem identificados pelos Conselhos de Turma, Professores Titulares e/ou pela EMAE frequentarão sempre as atividades em regime presencial.

4. CALENDÁRIO ESCOLAR

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Início das atividades letivas	Termo das atividades letivas
16 de setembro de 2020	30 de junho de 2021

ENSINO BÁSICO

Início das atividades letivas	Termo das atividades letivas
1.º Período	
16 de setembro – Receção a todos os alunos 17 de setembro – Início das aulas	18 de dezembro de 2020
2.º Período	
4 de janeiro de 2021	24 de março de 2021
3.º Período	
6 de abril de 2020	9 de junho de 2020 – para os alunos do 9.º ano de escolaridade. 15 de junho de 2020 – para os alunos dos 7.º e 8.º anos de escolaridade. 30 de junho de 2020 – para os alunos do pré-escolar e do 1.º e 2.º Ciclos.

Interrupções das atividades letivas para o ensino básico

Interrupções	Datas
Natal	De 21 de dezembro a 31 de dezembro (inclusive) de 2020
Carnaval	De 15 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2021
Páscoa	De 25 de março a 5 de abril de 2021

5. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

1. Na constituição das turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo e no regulamento interno do estabelecimento de educação e de ensino, competindo ao diretor aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do despacho normativo n.º16 /2019.
2. Na constituição das turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, o diretor, após ouvir o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.

5.1. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

1. Na Educação Pré-Escolar, sempre que possível, devem constituir-se grupos-turma dando continuidade ao grupo-turma do ano letivo anterior, tendo em conta o perfil e as necessidades das crianças e o número de anos de frequência no Jardim-de-infância.
2. Na Educação Pré -Escolar as turmas são constituídas por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.
3. As turmas da Educação Pré -Escolar que integrem crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 crianças, não podendo incluir mais de duas crianças nestas condições.

5.2 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

1. As turmas do 1º, 2º e 3º anos do 1.º ciclo do ensino básico são constituídas por 24 alunos. As turmas do 4º ano do 1.º ciclo do ensino básico são constituídas por 26 alunos.

2. As turmas do 1.º ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino com mais de 1 lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por um número máximo 22 alunos.
3. Na constituição de turmas de 1º ano deve-se ter em conta as recomendações oriundas do Pré-Escolar.
4. As turmas são constituídas por 20 alunos sempre que no relatório técnico pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo incluir mais de dois alunos nestas condições.
5. Os alunos irmãos, salvo recomendação em contrário, devem ser integrados na mesma turma.

5.3 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA OS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

1. As turmas do 5.º ao 9.º ano de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos.
2. As turmas são constituídas por 20 alunos sempre que no relatório técnico pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo incluir mais de dois alunos nestas condições.
3. A redução de turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.
4. Sempre que possível, as turmas deverão ser constituídas pelo número mínimo legalmente previsto permitindo um ensino mais individualizado.
5. Na constituição das turmas de 5.º ano serão considerados níveis etários próximos e número equilibrado quanto ao género.

6. Na mudança de ciclo do 4.º para o 5.º ano de escolaridade, todas as turmas serão desmembradas e deve atender-se às indicações pedagógicas fornecidas pelo Professor do 1º Ciclo (parecer do professor Titular de Turma) e/ou Psicólogo.
7. Na mudança de ciclo do 6.º para o 7.º ano de escolaridade todas as turmas serão desmembradas, de acordo com a disciplina de língua estrangeira.
8. Nos 6.º, 8.º e 9.º anos dar-se-á continuidade, se possível, ao grupo-turma do ano anterior, respeitando, contudo, as orientações dos Conselhos de Turma devidamente fundamentadas, em ata de reunião.
9. Todas as situações de não continuidade de alunos nas turmas de origem deverão ser apresentadas e devidamente fundamentadas, pelo Conselho de Turma;
10. Os alunos irmãos que frequentem o mesmo ano de escolaridade, salvo recomendação em contrário, devem ser colocados na mesma turma.
11. Deverão ser colocados na mesma turma, alunos vindos do estrangeiro que não tenham o Português como língua materna, a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico legalmente previsto;
12. Não poderão ser constituídas turmas unicamente com alunos em situação de retenção, devendo ser respeitada em cada turma a heterogeneidade do público escolar, excetuando-se projetos devidamente fundamentados.
13. Poderão ser criados grupos de homogeneidade relativa, em disciplinas estruturantes, ao longo de todo o ensino básico.
14. Serão tomadas em consideração as indicações escritas dos Conselhos de Turma, no 2º e 3º Ciclos, e dos Encarregados de Educação, desde que estas não contrariem as normas estipuladas e critérios de natureza pedagógica.
15. As turmas de Educação Moral e Religiosa são constituídas com o número mínimo de 10 alunos e, sempre que necessário, integram alunos provenientes de diversas turmas do mesmo ano de escolaridade.

16. Nos 2.º e 3.º ciclos, por solicitação da autoridade religiosa dirigida ao membro do Governo responsável pela área da educação, podem ser constituídas turmas de Educação Moral e Religiosa com alunos provenientes dos diversos anos que integram o mesmo ciclo de escolaridade.
17. Para toda e qualquer situação omissa neste regulamento prevalece a decisão do Diretor.

5.4 EXCEÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

1. No ensino básico, as turmas dos anos sequenciais, bem como das disciplinas de continuidade obrigatória, podem funcionar com um número de alunos inferior ao estabelecido, desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos que, no ano letivo anterior, frequentaram a escola com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode funcionar com qualquer número de alunos quando for única.
2. A constituição ou a continuidade, a título excepcional, de turmas com número inferior ao estabelecido carece de autorização dos serviços territorialmente competentes (DGEstE), mediante análise de proposta fundamentada do diretor.
3. A constituição ou a continuidade, a título excepcional, de turmas com número superior ao estabelecido carece de autorização do Conselho Pedagógico.

6. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

O Despacho Normativo n.º10-B/2018, de 6 de julho de 2018, estabelece as normas relativas à distribuição de serviço docente.

1. A componente letiva a constar no horário semanal de cada docente respeita o disposto no artigo 77.º do ECD conjugado com o artigo 79.º do ECD, considerando-se que está completa quando totalizar 25 horas semanais, no caso do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, ou 22

horas semanais (1100 minutos), no caso do pessoal dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial.

2. Nos termos do artigo 79.º do ECD, a componente letiva do trabalho semanal a que estão obrigados os docentes dos 2.º e 3º ciclos do ensino básico e da educação especial é reduzida em 2, 4 ou 8 horas, consoante a idade e o tempo de serviço.
3. A componente não letiva do serviço docente encontra-se definida no artigo 82.º do ECD e abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho na escola.
4. O diretor estabelece o tempo de 150 minutos semanais, a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de modo a que, nos termos do n.º 4 do artigo 82.º do ECD: a) Fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos; b) Sejam realizadas as atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar; c) Sejam asseguradas as atividades atribuídas à Equipa TIC.
5. Compete ao diretor distribuir o serviço docente, nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de Julho.
6. O diretor deve elaborar, por grupo de recrutamento, uma lista única, ordenando os docentes do respetivo grupo, tendo em conta o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio.
7. A distribuição de serviço concretiza-se com a entrega de um horário semanal a cada docente da educação pré-escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educação especial, no início do ano letivo ou no início da sua atividade, sempre que esta não coincida com o início do ano letivo.
8. Os critérios subjacentes à distribuição do serviço docente visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

9. Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível de ensino, desde que sejam titulares da adequada formação científica e certificação de idoneidade nos casos em que esta é requerida.
10. O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia.
11. Excetua-se do previsto no número anterior a participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais, quando as condições da escola assim o exigirem.
12. O diretor garante, através dos meios adequados, o controlo da pontualidade e da assiduidade de todo o serviço docente registado no horário nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do ECD.
13. Com vista a melhorar a qualidade da aprendizagem, o diretor gere os seus recursos de forma a implementar as medidas previstas na legislação em vigor que melhor se adaptem aos objetivos definidos, designadamente:
 - a. A coadjuvação, quando necessária, em qualquer disciplina do 1.º ciclo, com maior relevo para Português e Matemática, por parte de professores do mesmo ou de outro ciclo e nível de ensino pertencentes à escola, de forma a colmatar as primeiras dificuldades de aprendizagem que sejam identificadas;
 - b. A coadjuvação em qualquer disciplina dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico entre os docentes a exercer funções na escola, quando necessária.
 - c. A constituição temporária de grupos de alunos de homogeneidade relativa, em qualquer ciclo de estudos ou nível de ensino, acautelando a devida articulação dos docentes envolvidos.
14. Na distribuição do serviço docente deve ter-se em conta o tempo necessário para que os professores das disciplinas com provas a nível nacional que decorrem durante o período letivo realizem todas as tarefas inerentes à execução do trabalho de classificação de provas de avaliação externa.
15. O serviço letivo resultante dos grupos e turmas existentes na escola tem prioridade sobre qualquer outro para efeitos do preenchimento da componente letiva a que cada docente está obrigado pelo disposto nos artigos 77.º e 79.º do ECD.

16. A componente letiva de cada docente de carreira tem de estar completa, não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência.
17. A distribuição de serviço da componente não letiva de trabalho de escola fica a cargo do Diretor do Agrupamento, de acordo com as necessidades dos alunos, das atividades previstas no Plano Anual de Atividades do Agrupamento e das necessidades das Bibliotecas Escolares de acordo com o definido no Regulamento Interno do Agrupamento, com o conteúdo do Despacho Normativo de Organização do Ano Letivo e demais legislação em vigor.
18. Preferencialmente, as horas de componente não letiva deverão ser atribuídas às seguintes atividades:
- Atividades de promoção do sucesso educativo;
 - Atividades de ocupação e acompanhamento dos alunos;
 - Outras;
19. Da aplicação das medidas previstas nos números anteriores não podem resultar horas para contratação de docentes.
20. A eventual atribuição de serviço docente extraordinário, nos termos definidos no artigo 83.º do ECD, visa dar resposta a situações ocorridas no decurso do ano letivo, para as quais seja insuficiente a aplicação de algum dos mecanismos previstos no n.º 7 do artigo 82.º do ECD, no que às ausências de curta duração diz respeito e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 83.º do ECD. Sempre que num grupo de recrutamento se verifique a necessidade de afetação ou de reafetação de horas letivas resultantes, designadamente, de impedimentos temporários de professores, serão as mesmas distribuídas, quando possível, a docentes em serviço na escola.
21. Na definição da disciplina de Oferta Complementar deve ser assegurada uma gestão racional e eficiente dos recursos docentes existentes na escola, designadamente dos professores de carreira afetos a disciplinas ou grupos de recrutamento com ausência ou reduzido número de horas de componente letiva.
22. O Diretor constitui a Equipa TIC em função das necessidades e dos recursos disponíveis.

23. As horas de apoio à escola para programação e desenvolvimento de atividades educativas das equipas TIC são consideradas como atividade letiva aquando da distribuição do serviço aos docentes de carreira.
24. Os 5º e os 7º anos de escolaridade deverão ser prioritariamente distribuídos a professores de quadro de Agrupamento, com mais experiência. Deverá ser dada prioridade à continuidade pedagógica, numa lógica de ciclo.
25. Não se podendo aplicar o anterior deverá dar-se prioridade na escolha, atendendo à lista de graduação, respetivamente aos: 1- docentes do quadro (QA e/ou QZP); 2- docentes contratados com experiência profissional; 3- docentes contratados sem experiência profissional.
26. O docente obriga-se a comunicar ao Diretor qualquer facto que implique redução ou condicionamento na elaboração do seu horário.
27. Deverá evitar-se a atribuição de diferentes cargos de supervisão ao mesmo docente.
28. O diretor de turma é obrigatoriamente professor da turma.

6. CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS

Critérios a ter em conta na elaboração de horários para o ano letivo 2020/2021:

1. A elaboração de horários, quer das turmas quer dos professores, obedecerá, primordialmente, a critérios de ordem pedagógica.
2. Para a elaboração de horários conjugar-se-ão os interesses dos discentes e da escola, no respeito inequívoco dos normativos legais vigentes e do Regulamento Interno.

7.1 HORÁRIOS DOS PROFESSORES

1. O horário semanal dos docentes é de 35 horas.

2. No âmbito da autonomia pedagógica e organizativa das escolas, aquando da elaboração dos horários é tido em consideração o tempo necessário para as atividades de acompanhamento e de vigilância dos alunos do 1.º ciclo durante os intervalos entre as atividades letivas, com exceção do período de almoço, ao abrigo da alínea l) do n.º 3 do artigo 82.º do ECD, assim como o atendimento aos encarregados de educação.
3. A elaboração de horários dos professores rege-se pelo horário letivo de funcionamento da escola.
4. O horário do docente não deve incluir mais de 5 tempos consecutivos de 50 minutos, nem deve incluir mais de 9 tempos diários.
5. O horário semanal do docente não deve incluir, de preferência, mais de 3 tempos letivos seguidos desocupados.
6. O horário letivo do docente deve contemplar um período para almoço de, pelo menos, 1 hora.
7. Deverão ser atribuídos a docentes com o mesmo cargo, ou que pertençam a uma mesma comissão de trabalho, tempos simultâneos da componente não letiva, para efeitos de articulação/desenvolvimento de atividades.
8. Deverá ser atribuído um mínimo de 50 minutos da CNL, em comum, aos professores para o desenvolvimento de trabalho colaborativo semanalmente.
9. As atividades de Apoio ao Estudo nos 5.º e 6.º anos serão asseguradas por professores de diferentes áreas disciplinares, Línguas e Estudos Sociais e Matemática e Ciências.
10. O horário deverá ter uma distribuição letiva equilibrada, de modo a evitar dias muito sobrecarregados.

7.2. HORÁRIOS DAS TURMAS

1. Na elaboração de horários de funcionamento das turmas, sempre que os estabelecimentos de ensino reunirem condições físicas, deverão, obrigatoriamente, praticar horários em regime normal.
2. Pode haver pequenas alterações decorrentes de matérias diretamente relacionadas com as atividades de enriquecimento curricular (conceito de escola a tempo inteiro) ou por motivo de espaço físico disponível para a hora de almoço, o qual terá de ser por turnos.
3. As aulas devem ser organizadas por períodos consecutivos de 50 minutos.
4. No horário de cada turma dos 2.º e 3.º Ciclos, não poderão ocorrer períodos desocupados, exceto aqueles destinados ao almoço e, eventualmente, a apoios, tutorias ou à não frequência de uma disciplina pela totalidade dos alunos.
5. No horário da turma dos 2.º e 3.º Ciclos, não poderão constar mais de cinco tempos consecutivos.
6. Preferencialmente, as atividades letivas concentram-se no turno da manhã, tendo todas turmas, no mínimo, quatro tempos durante esse período.
7. O número de períodos letivos diários não deve ser superior a 8, mas, excecionalmente, poderá ser superior, em dois dias da semana (nos dias em que a carga horária é excecionalmente maior devem ser incluídas aulas da área das expressões e/ou disciplinas facultativas).
8. Nos 2º e 3.º Ciclos, sempre que as atividades escolares decorram nos períodos da manhã e da tarde, o intervalo, mínimo, de almoço é de uma hora e vinte minutos e máximo de duas horas e trinta minutos.
9. Deve haver um desfasamento da hora de almoço nos diferentes ciclos/anos.
10. Manter, na medida do possível, as turmas na mesma sala de aula.
11. As disciplinas teóricas sujeitas a avaliação externa, deverão ser leccionadas no período da manhã.
12. O funcionamento das áreas disciplinares ou disciplinas de carácter mais teórico deve acontecer no turno da manhã, sendo atribuído, o horário da tarde a áreas não disciplinares e a disciplinas ou áreas disciplinares de carácter mais prático.

13. As disciplinas da área das Expressões deverão ser colocadas no turno contrário ao da maioria da carga letiva da turma.
14. Todas as turmas de 2.º e 3.º ciclos terão, no mínimo, duas tardes livres.
15. Todas as turmas de 2º/3º CEB deverão ter a 4ªfeira de tarde livre.
16. Evitar-se-á que todas as aulas de uma mesma disciplina, designadamente Língua Estrangeira e Educação Física, à mesma turma tenham lugar em dias consecutivos e/ou no mesmo período horário;
17. Se, por exigência curricular, se dividir uma turma em dois “turnos” numa disciplina, dessa situação não poderá ocorrer nenhum período desocupado para qualquer deles.
18. No 3.º ciclo do ensino básico, quando o número de alunos da turma for igual ou superior a 20, é autorizado o desdobramento nas disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Química, exclusivamente para a realização de trabalho prático ou experimental, no tempo correspondente a um máximo de 100 minutos.
19. As aulas de Língua Estrangeira II não devem ser lecionadas em tempos letivos consecutivos à Língua Estrangeira I e vice-versa.
20. As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se duas horas após o almoço.
21. O horário de funcionamento do Desporto Escolar, Clubes e Projetos será definido de acordo com a disponibilidade dos alunos, das instalações e dos horários dos professores
22. As aulas de Educação Moral e Religiosa deverão ocorrer de modo a que os alunos sem esta opção não tenham períodos desocupados.
23. Sempre que necessário, para efeitos de substituição de docentes, poderão ser realizadas alterações pontuais aos horários dos alunos, designadamente na lecionação de aulas suplementares no final de cada turno (manhã ou tarde), e /ou nas tardes livres dos alunos.
24. Os Apoios previstos para cada turma devem ser distribuídos, até ao limite do possível, a docentes da própria turma.

25. Os Apoios devem ser colocados nos tempos do fim do período da manhã ou início do período da tarde, sempre que possível, evitando desta forma tempos “livres” para os alunos que não frequentam este tipo de atividades. Se tal não for possível serão colocados no final do período da tarde.

8. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A distribuição de serviço aos docentes de educação especial é feita mediante a aplicação das medidas educativas ou das modalidades específicas de educação estabelecidas no relatório técnico pedagógico avaliados de acordo com o Decreto-Lei 54/2018.

8.1. ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O horário semanal distribuído aos docentes da Educação Especial pode prever o desempenho das suas funções em mais do que um estabelecimento deste Agrupamento de escolas e noutros Agrupamentos ou escolas não agrupadas.

1. Horário do Centro de Apoio à Aprendizagem da EB 2,3: 9h15 – 16h15.

Das 8h30 às 9h15 e das 12h45 às 13h30, os alunos estarão sob a responsabilidade de Assistentes Operacionais:

- Acompanhamento e supervisão de atividades de enriquecimento e complemento curricular ou da componente de apoio à família em que participam alunos com NEE ou, ainda, de tutoria dos referidos alunos,
- Acompanhamento de alunos na ausência do professor.

9. REGIME DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA – HORÁRIO ESCOLAR

PRÉ-ESCOLAR

AAAF	Manhã	Almoço	Tarde	AAAF
7h45 -9h00*	9h00 – 12h00	12h00 – 13h30	13h30 – 15h30	15h30 -18h30*

**A confirmar no início de setembro*

1º CEB

Ano de escolaridade	Manhã Entrada	Intervalo	Almoço	Tarde Entrada	Saída	Intervalo	AEC
Turno 1 1º/2º anos	8h45	10h15/10h45	12h00	13h45	15h30	15h30-16h00	16h00-17h00
Turno 2 3º/4º anos	9h00	11h00/11h30	12h30	14h15	15h45	15h45-16h15	16h15-17h15

Na **EB1 dos Olivais** o turno 1 aplica-se ao 1º ano e o turno 2 ao 2º ano.

Na **EB Martim de Freitas** o horário do 1º ciclo será o seguinte:

Ano de escolaridade	Manhã Entrada	Intervalo	Almoço	Tarde Entrada	Saída	Intervalo	AEC
3º/4º anos	9h00	10h40/11h10	12h00	13h45	15h45	15h45-16h15	16h15-17h15

2º E 3º CICLOS – CENTRO EDUCATIVO DOS OLIVAIS (C.E.O.)

Período da manhã	8h30 – 12h45
Período da tarde	13h30 – 16h40

2º E 3º CICLOS

2º CEB
8h40 – 9h30
9h35 – 10h25
10h40 – 11h30
11h35 – 12h25
12h30 – 13h20
13h40 – 14h30
14h35 – 15h25
15h30 – 16h20
16h35 – 17h25
17h30 – 18h20

3º CEB
8h20 – 9h10
9h15 – 10h05
10h20 – 11h10
11h15 – 12h05
12h10 – 13h
13h20 – 14h10
14h15 – 15h05
15h10 – 16h
16h15 – 17h05
17h10 – 18h

Nota: As aulas para estes ciclos terão a seguinte distribuição: o 2º Ciclo funcionará preferencialmente nos Blocos A e B, ao passo que o 3º Ciclo estará circunscrito aos Blocos D e E. As 2 UEEAs funcionam das 9h15 às 16h15.

11. MAPAS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - 1º, 2º e 3º CICLOS e DAC

CARGA LETIVA SEMANAL:

1º ANO, 2º ANO

Português – 7 horas

Matemática – 7 horas

Estudo do Meio – 3 horas

Educação Artística – 3 horas (Artes visuais: 1 hora; Expressão Dramática, Teatro, Dança: 1 hora; Música: 1 hora)

Educação Física – 2 horas

Apoio ao Estudo – 2 horas

Oferta Complementar – 1 hora (Educação Ambiental)

Cidadania e desenvolvimento e TIC – Disciplinas de desenvolvimento transversal

Cidadania e desenvolvimento* e TIC – Disciplinas de desenvolvimento transversal

Direitos humanos

Igualdade de gênero

Interculturalidade

Desenvolvimento sustentável

Educação Ambiental

Saúde

Segurança Rodoviária

Educação Moral e Religiosa *: 1 hora

**Disciplina de frequência facultativa*

Total 25 horas

3º ANO

Português – 7 horas

Matemática – 7 horas

Estudo do Meio – 3 horas

Inglês: 2 horas

Educação Artística – 3 horas (Artes visuais: 1 hora; Expressão Dramática, Teatro, Dança: 1 hora; Música: 1 hora)

Educação Física – 2 horas

Oferta Complementar – 1 hora (Educação Ambiental)

Cidadania e desenvolvimento* e TIC – Disciplinas de desenvolvimento transversal

Direitos humanos

Igualdade de gênero

Interculturalidade

Desenvolvimento sustentável

Educação Ambiental

Saúde

Segurança Rodoviária

Educação Moral e Religiosa *: 1 hora

**Disciplina de frequência facultativa*

Total 25 horas

**Sempre que possível a disciplina de Inglês deve ser lecionada no último tempo do turno da tarde. Não sendo possível, estas aulas deverão ser colocadas no início ou fim de cada um dos turnos e, preferencialmente, no turno da tarde.*

4.º ANO

Português – 7 horas

Matemática – 7 horas

Estudo do Meio – 3 horas

Inglês – 2 horas*

Expressões – 3 horas

Apoio ao Estudo – 1,5 horas

Oferta Complementar – 1 hora - Educação Ambiental

Educação Moral e Religiosa **: 1 hora

*** Disciplina de frequência facultativa*

TOTAL: 24,5 horas

Oferta Complementar:

Em 2020/2021, a Oferta Complementar no 1º CEB será Educação Ambiental. Caso se verifiquem condições (recursos humanos qualificados e condições físicas), em algumas escolas, para o 4º ano, poderão dinamizadas atividades no âmbito das TIC, designadamente o projeto de introdução à programação no 1º CEB promovido pelo MEC.

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

- Para o ano letivo as AEC´s terão a carga horária semanal de 5 horas para os 1º,2º e 3ºanos de escolaridade e de 3 horas para o 4º ano.

- Para os **1º e 2º anos**, as atividades a oferecer e respetivas cargas horárias são as seguintes:

- Inglês – 60 minutos

- Atividade Físico Desportiva – 120 minutos

- Atividades Lúdico Expressivas (Expressão Musical, Expressão Plástica e Atividades Lúdicas e de Animação) - 120 minutos.

- Para o **3º ano**, as atividades a oferecer e respetivas cargas horárias são as seguintes:

- Informação e Comunicação/ Programação * – 60 minutos

- Atividade Físico Desportiva – 120 minutos

- Atividades Lúdico Expressivas (Expressão Musical, Expressão Plástica e Atividades Lúdicas e de Animação) - 120 minutos.

** Nas escolas em que as condições não estejam reunidas, a atividade poderá ser substituída por Expressão Dramática.*

- Para o **4º ano**, as atividades a oferecer e respetivas cargas horárias são as seguintes:

- Atividade Físico Desportiva – 120 minutos

- Atividades Lúdico Expressivas (Expressão Musical, Expressão Plástica e Atividades Lúdicas e de Animação) - 60 minutos

A escolha destas atividades atende, no caso do Inglês, à tendência para a sua obrigatoriedade e no caso das restantes à sua dimensão lúdica e à possibilidade de serem realizadas fora da sala de aula.

Acompanhamento e supervisão

O acompanhamento será realizado pelo professor titular e a supervisão pelos departamentos curriculares respetivos.

Frequência dos alunos com Necessidades Específicas

A responsabilidade pela colocação dos recursos humanos necessários para garantir a frequência dos alunos com NE será partilhada entre as IPSS e o Agrupamento em função das características e necessidades de cada aluno.

Horário AEC

As Atividades de Enriquecimento Curricular podem ocorrer:

- Das 16:00- 17:00 (1º turno)
- Das 16:15 às 17:15 (2º turno)

Entidades Promotoras

O objetivo passa por ter apenas uma única IPSS em cada escola a assegurar todos os serviços (CAF, AEC e, quando possível, refeições). Nas situações em que tal não for possível, alargar a ação de uma outra IPSS que assegure aqueles serviços em outra escola do Agrupamento.

Escola	IPSS	CAF
EB1 Montes Claros	Cáritas	Sim
EB Martim de Freitas	Cáritas	Sim
EB1 Olivais	CASPAE	Sim
EB1 Coselhas	CASPAE	Sim
EB1 Santa Cruz	25 Abril	Sim
EB1 Conchada	Sagrada Família	Sim

Matriz Curricular : Ensino Básico – 2º Ciclo

Componentes do currículo	Carga horária semanal – 50 minutos – TL/Minutos (a)	
	5º / 6º ano	
Áreas Disciplinares:		
Línguas e Estudos Sociais	525 min 10 + 0,5 tempos	525
Português.....	2x50+1x(50+50)	200
Inglês.....	1x50+1x(50+50)	150
História e Geografia de Portugal.....	1x50+1x(50+50)	150
Cidadania e Desenvolvimento (b).....	25 (quinzenal)	25
Matemática e Ciências	350 min 7 tempos	350
Matemática.....	2x50+1x(50+50)	200
Ciências Naturais.....	3x50	3x50
Educação Artística e Tecnológica	325 min 6 + 0,5 tempos	325
Educação Visual.....	1x(50+50)	100
Educação Tecnológica.....	1x(50+25 (quinzenal))	75
Educação Musical.....	50+50	100
TIC (b).....	50	50
Educação Física	1x50+1x(50+50)	150
Ed. Moral Religiosa e Católica (c)	(1x45)	(45)
Tempo a cumprir	1350 (1395)	
Oferta Complementar 8(d)	Não oferecida	Não oferecida
Apoio ao estudo (e).....	2 X 50 (atribuir aos grupos Línguas e Estudos Sociais e Matemática e Ciências)	2 X 50 (atribuir aos grupos Línguas e Estudos Sociais e Matemática e Ciências)
Complemento à Educação Artística (f).	2 x 50 Artes performativas (Dança/música)	2 x 50 Artes performativas (Dança/música)

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- (b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º
- (c) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.
- (d) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).
- (e) Componente de apoio às aprendizagens cuja frequência é obrigatória mediante indicação do conselho de turma.
- (f) Componente que possibilita a frequência de outros domínios da área artística, ao longo do ciclo, cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis, através da utilização do conjunto de horas de crédito.



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MARTIM DE FREITAS

7º/8º Ano

COMPONENTES DO CURRÍCULO	Carga horária semanal – 50 minutos – TL/Minutos (a)			
	7º ano		8º ano	
Áreas Disciplinares:				
Português	2x50+1x(50+50)	200	2x50+1x(50+50)	200
Línguas Estrangeiras	5x50	250	5x50	250
Inglês.....	50+50	100	1x50+1x(50+50)	150
Língua Estrangeira II – ESP. ou FR.	1x50+1x(50+50)	150	50+50	100
Ciências Humanas e Sociais.....	5x50 + 25	275	4x50 +25	225
História.....	2x50+25	150 /100 *	2x50	100
Geografia.....	1x50+1x50+25	100/150*	2x50	100
Cidadania e Desenvolvimento (b).....	25	Semestral	25	Semestral
Matemática	2x50+1x(50+50)	200	2x50+1x(50+50)	200
Ciências Físico- Naturais	5x50	250	6x50	300
Ciências Naturais.....	50 + 50	100	3x50	150
Físico-Química.....	3x50	150	3x50	150
Educação Artística e Tecnológica	3x50 + 25	175	3x50 + 25	175
Educação Visual	1x(50+50)	100	1x(50+50)	100
Complemento à Educação Artística (d)	25 CEA Música	25 Semestral	25 CEA Dança	25 Semestral
TIC (b).....	50	50	50	50
Educação Física	1x(50+50) + 50	150	50 +1x (50+50)	150
Ed. Moral Religiosa e Católica (c)	(1x45)	-45	(1x45)	-45
Tempo a cumprir	30 (31)	1500 (1545)	30 (31)	1500 (1545)
Oferta Complementar	Não Oferecida	Não Oferecida	Não Oferecida	Não Oferecida

* 50 minutos são atribuídos alternadamente à disciplina de história e à disciplina de geografia, em regime semestral.

(a) Disciplinas que podem funcionar numa organização semestral, anual ou outra. A cidadania e desenvolvimento deve ser atribuída preferencialmente aos grupos de Ciências Sociais e Humanas. Evitar atribuição direta aos Diretores de Turma caso não sejam destes grupos.

(c) Disciplina de frequência facultativa.

(d) Oferta de Educação Tecnológica e ou de outra na área artística, numa organização anual, semestral ou outra, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.

9º ano

COMPONENTES DO CURRÍCULO	Carga horária semanal – 50 minutos – TL/Minutos a) –	
	9º ano	
Áreas Disciplinares:		
Português	200	200
Línguas Estrangeiras	250	250
Inglês.....	150	150
Língua Estrangeira II – ESP. ou FR.	100	100
Ciências Humanas e Sociais.....	225	225
História.....	100	100
Geografia.....	100	100
Cidadania e Desenvolvimento (b)	25 Semestral	25
Matemática	200	200
Ciências Físicas e Naturais	300	300
Ciências Naturais.....	150	150
Físico-Química.....	150	150
Educação Artística e Tecnológica Educação Física	175	175
Educação Visual	100	100
Complemento à Educação Artística (c) CEA Expressão Plástica	25 Semestral	25
Tecnologias de Informação e Comunicação	50	50
Educação Física	150	150
Ed. Moral Religiosa e Católica (d)	-45	-45
Tempo a cumprir	1500 (1545)	1500
Oferta Complementar (e)	Não Oferecida	

- (a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- (b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral ou semestral, ou outra, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º
- (c) Oferta de Educação Tecnológica e ou de outra na área artística, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.
- (d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo nunca inferior a 45 minutos.
- (e) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, com recurso ao conjunto de horas de crédito. A(s) nova(s) disciplina(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).

Domínios de Articulação Curricular

Para efeitos de planeamento e organização de domínios de articulação deverá ser previsto no horário dos docentes um tempo semanal. Estes domínios de articulação obrigam a uma adequada planificação interdisciplinar e uma estreita articulação nos conselhos de turma pelo que o tempo agora previsto será determinante. Para efeitos de concretização de projetos de articulação curricular pode ser possível flexibilizar até oito por cento dos tempos letivos, num máximo de 4 aulas por disciplina.

11. MEDIDAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

As atividades de promoção do sucesso educativo concretizam-se através de:

- Apoio ao Estudo
- Tutorias
- Grupos de homogeneidade relativa temporários
- Coadjuvação
- Mentorias

No que se refere aos grupos de homogeneidade relativa, eles podem ser constituídos em função de dificuldades ou necessidades identificadas pelos docentes das disciplinas sendo os alunos divididos por grupos atendendo aos seus níveis de proficiência. A gestão destes grupos cabe aos docentes titulares em articulação com a Direção.

Na gestão dos apoios a alunos, deve ser tido em atenção o seguinte:

- Identificação e acompanhamento dos alunos com dificuldade o mais precocemente possível nos anos iniciais de ciclo;
- Reforço das medidas de apoio nos anos de escolaridade com maior taxa de retenção e/ou nas disciplinas com menor sucesso;
- Necessidade de encontrar mecanismos de apoio aos alunos com melhores desempenhos no sentido de potenciar capacidades e melhorar resultados.

11.1. APOIO AO ESTUDO

No 1º ciclo, nos 1º, 2º e 3º anos é constituído por 120 minutos e no 4ºano por 90 minutos e tem como objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho e visa prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e Matemática.

No 2º ciclo constitui-se como uma oferta obrigatória para a escola, de frequência facultativa para os alunos, sendo obrigatória para os alunos indicados pelo Conselho de Turma, obtido o acordo dos encarregados de educação.

O Apoio ao Estudo é parte integrante do horário da turma e dos professores. Serve para realizar trabalho de estudo, recuperação e preparação dos alunos, devendo, por isso, ao longo de todo o ano letivo, ser permanentemente frequentado pelos alunos designados pelo Conselho de Turma.

O Apoio ao Estudo é distribuído maioritariamente a professores de Línguas e Estudos Sociais e Matemática e Ciências no sentido de reforçar as aprendizagens a essas disciplinas. O Apoio ao Estudo organiza-se em 2 aulas semanais de 50 minutos cada.

11.2 MENTORIAS

O programa de mentoria visa promover, quer nos alunos mentores, quer nos alunos mentorandos, o envolvimento cívico, o bem-estar, um desenvolvimento positivo.

Será definido o perfil dos alunos mentores que, entre outros aspetos, devem relevar elevado sentido de responsabilidade e empenhamento.

11.3. APOIO TUTORIAL

O Apoio Tutorial é uma estrutura responsável pelo acompanhamento, de forma individualizada e sistemática, do processo educativo dos alunos. Os alunos são propostos em Conselho de Turma. Estas propostas são analisadas pela direção que prioriza as situações em função da disponibilidade de recursos humanos, atribuindo tutores e definindo horários para as tutorias.

O Apoio Tutorial Específico é a estrutura destinada aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções e/ou ficaram retidos no último ano letivo.

11.4. COADJUVAÇÃO

A coadjuvação em sala de aula será aplicada sempre que seja possível e de acordo com os recursos humanos disponíveis no agrupamento.

12. OCUPAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES DOS ALUNOS

De acordo com o Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 6 de julho, Artigo 13.º, n.º 3, “organização de um conjunto de atividades de natureza lúdica, desportiva, cultural ou científica, a desenvolver nos tempos letivos desocupados dos alunos por ausência imprevista de professores” e o Artigo 6.º, n.º 5, alínea b) “sejam realizadas as atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar”, a ocupação de alunos segue os seguintes critérios:

1. Na EB2,3 Martim de Freitas é constituída uma bolsa de Ocupação de Tempos Escolares, em que os professores estarão disponíveis para desenvolver atividades educativas com os alunos, de acordo com os tempos registados nos respetivos horários.
2. A Ocupação de Tempos Escolares dos alunos poderá ser efetuada, também, por outros docentes não afetos a essa bolsa, nomeadamente por recurso à permuta ou por docentes da área/disciplina a substituir e cuja componente letiva do seu horário se encontre incompleta.
3. No 1º CEB, as substituições dos professores titulares de turma são realizadas, sucessivamente, por: a) docentes sem componente letiva atribuída; b) docentes do apoio educativo; c) docentes da educação especial; d) distribuição dos alunos pelas restantes turmas da escola.
4. As substituições de professores em falta poderão fazer-se também recorrendo a outras atividades.

A – NO CASO DE FALTA POR MOTIVOS PREVISTOS

1 – PERMUTA

- a) O professor que prevê faltar por razões justificáveis deve procurar assegurar a permuta com um professor de outra disciplina da mesma turma.
- b) Para tal deverá ser preenchido um impresso que indicará as aulas e os professores a permutar o qual deverá ser entregue nos Serviços Administrativos com uma antecedência mínima de dois dias úteis, para que seja concedida a respetiva autorização.
- c) Nestas condições não haverá lugar à marcação de falta ao docente substituído.
- d) Desta situação não poderá resultar, obviamente, prejuízo em número de aulas para os alunos nem desrespeito pelos tempos marcados no horário da turma.
- e) Os professores deverão informar os alunos com antecedência, para que estes sejam portadores do material didático necessário para a disciplina substituta.
- f) No programa dos sumários, o professor substituto sumariará a matéria efetivamente lecionada e numerará a lição sequencialmente relativamente à sua disciplina;

2 – SUBSTITUIÇÃO POR DOCENTE DA MESMA ÁREA CURRICULAR

- a) Sem prejuízo da lei, o professor deve comunicar ao Diretor do Agrupamento a intenção de faltar com, pelo menos, 3 dias úteis de antecedência, entregando/e entregar nos Serviços Administrativos, ou ao Coordenador de Estabelecimento no 1º CEB, o Plano de Aula para que um professor da mesma área disciplinar lhe possa dar cumprimento, caso haja disponibilidade para tal.
- a) não comunicação da intenção de faltar e a não apresentação do plano de aula constituem fundamento bastante para a injustificação da falta dada sempre que a mesma dependa de autorização ou possa ser recusada por conveniência ou necessidade de funcionamento do serviço.
- b) A entrega do Plano de Aula deve ocorrer também nos casos em que o docente, estando ao serviço, falte às aulas, a uma ou a mais turmas, excetuando-se o serviço oficial e as situações de doença.
- c) O Plano de Aula deverá dar continuidade sequencial aos conteúdos previstos na Planificação para o período letivo a fim de contribuir para o cumprimento do programa da disciplina.
- d) O No programa dos sumários, o professor substituto sumaria a matéria efetivamente lecionada e numera a lição de forma sequencial relativamente à disciplina substituída com a indicação expressa no início do sumário: “Substituição com Plano de Aula” (e matéria lecionada).

- e) Será marcada falta ao professor substituído.
- f) Caso não seja possível afetar um professor da mesma área disciplinar a esta aula, recorrer-se-á à Bolsa de Professores para Ocupação dos Tempos Escolares dos alunos, procedendo-se como nos casos de falta por motivos imprevistos.

B – NO CASO DE FALTA POR MOTIVOS IMPREVISTOS

- a) Recorrer-se-á obrigatoriamente aos professores que fazem parte da Bolsa de Professores para Ocupação dos Tempos Escolares dos alunos, de acordo com o critério geral da rotatividade, exceto no caso de se verificar interesse de algum dos restantes docentes disponíveis em utilizar a aula de substituição para desenvolver uma atividade com os alunos, caso em que lhe será dada preferência.
- c) Os professores da Bolsa para Ocupação dos Tempos Escolares dos alunos que, em determinado tempo letivo, não forem necessários para o serviço de substituição, poderão ser afetados a outros serviços / atividades nas instalações escolares, como por exemplo: apoio aos alunos, participação pontual em projetos e colaboração em atividades diversas.
- d) No caso de não existirem professores na Bolsa para substituir os colegas que se encontram a faltar, os alunos deverão ser encaminhados para outros espaços.
- e) O docente que for chamado a substituir outro docente, sumaria a atividade desenvolvida com referência expressa à situação de “SUBSTITUIÇÃO” e NÃO indica o nº de lição (mencionando a matéria lecionada).

Revisto e aprovado em reunião de Conselho Pedagógico em 2/9/2020

Revisto e aprovado em reunião de Conselho Pedagógico em 18/11/2020

Aprovado em Conselho Geral de 26/11/2020

O Presidente do Conselho Pedagógico

Alberto Luís Domingues Barreira